

“Da crítica brasileira”: Macedo Soares e a atuação judicativa no século XIX

“From Brazilian Criticism”: Macedo Soares and the Judicial Performance in the 19th Century

Juliane de Sousa Elesbão

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral, Ceará/Brasil

julianeelsbao@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3406-6676>

Resumo: Neste trabalho, atentaremos para o ideário crítico do intelectual brasileiro Antônio Joaquim de Macedo Soares (1838-1905), visto o rigor da sua atuação crítica, muito citada e pouco investigada, e que foi essencial para o pensamento que se debruçara sobre o caráter nacional de nossa literatura em meados do século XIX. No decorrer das reflexões aqui tecidas, situaremos Macedo Soares na consolidação da crítica literária brasileira do Oitocentos e refletiremos acerca de seu pensamento referente ao que seria o fazer crítico. Tomamos como ponto de partida, portanto, o ensaio “Da crítica brasileira”, de 1860, no qual identificamos o que seria uma das primeiras manifestações de metacrítica no cenário intelectual brasileiro. Além disso, discutiremos sobre a censura que Macedo Soares tece a respeito do modo como o trabalho judicativo estava sendo feito, no intuito de colaborar para o estabelecimento da crítica, enquanto instância necessária e atuante para o nosso processo civilizatório.

Palavras-chave: Macedo Soares; crítica literária; literatura brasileira.

Abstract: This study aims to analyze the critical work of the Brazilian scholar Antônio Joaquim de Macedo Soares (1838-1905). Due to its importance, his thinking was essential for the construction of the national character of Brazilian literature of the mid-nineteenth century. However, even with the great rigor of his criticism, Macedo Soares's work is hardly ever studied by the academic community. In this research, we highlight the great impact of Macedo Soares to consolidate the Brazilian literary criticism of his time (1830-1870). Moreover, we analyze the thinking of the Brazilian scholar about the role of the critic. Within the corpus used, the 1860's essay “Da crítica brasileira” (“From Brazilian Criticism”) made it possible to identify what would be one of the first manifestations of metacritics in the Brazilian intellectual scenario. In addition, we will discuss Macedo Soares's opposite view of the way judicial work was being done, in order to contribute to the establishment of that work, as a necessary and active tool for the civilizing process.

Keywords: Macedo Soares; Literary criticism; Brazilian literature.

Introdução

Sobre o século XIX, tanto para a literatura quanto para a crítica brasileiras, muito há ainda a ser explorado, especialmente pela tão reivindicada nacionalidade, da qual derivariam os traços formais caracterizadores da nossa literatura, e pelo conjunto de escritores bastante significativos para a época, sobretudo aqueles que ainda merecem uma leitura mais demorada sobre suas reflexões a respeito do potencial literário que então se revelava na América.

Dispusemo-nos a enveredar por esse caminho e tomamos como ponto de partida a produção intelectual oitocentista que nos leva às primeiras manifestações românticas, com as quais teve início a formação de nossa consciência crítico-literária e a intensificação da pesquisa histórico-cultural brasileira, que deveriam possibilitar a distinção da literatura pátria em relação às demais, sob uma base reflexiva que considerava as cogitações de natureza estética (relacionadas, por exemplo, às alterações propostas para os gêneros tradicionais) e as de natureza temática (voltadas inevitavelmente à caracterização de uma literatura nacional).

Os paradigmas críticos estabelecidos no Romantismo podem ser recuados à época da fundação da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1827, que se instituiu como referência cultural. Muitos de seus membros figurariam com destaque na literatura romântica, cujos nomes e obras se divulgavam por revistas ligadas à faculdade. A principal delas – embora com fugazes seis números – foi a *Revista da Sociedade Filomática*, de 1833, publicada pela Sociedade Filomática da Faculdade de Direito, aliando o entusiasmo do nacionalismo literário com o desejo de promover o arcabouço cultural, científico e intelectual que se desenvolvia no país.

Na década de 1820, porém, já se podiam ouvir as palavras então oraculares de Ferdinand Denis e de Almeida Garrett, que ressoariam nas de Gonçalves de Magalhães e rapazes da *Nitheroy* – *Revista Brasiliense*. Estava ali algo mais que a valorização da originalidade de um Basílio da Gama ou de um Silva Alvarenga. Nossas possibilidades e nosso destino literário estavam orientados por sugestões diretas de Denis e Garrett, constituindo uma fase importante do processo de maturação de nosso pensamento crítico. Garrett vulgarizara a ideia de gênio do povo como grande força inspiradora, a partir da qual se daria uma diferenciação nacional, que inevitavelmente acarretaria diferenciação estética; de Denis vieram, sobretudo, as sugestões

de os povos indígenas serem tomados como tema literário. Em 1836, com o lançamento da *Nitheroy*, em Paris, pode-se dizer que se forma a segunda onda da revolução instalada pelo Romantismo, em sua proposta de formação da consciência crítica brasileira.

É a terceira onda, no entanto, que mais de perto nos interessa. Dentre os debates acerca do ideário nacionalista romântico, situam-se aqueles sobre a relação entre independência literária e independência política, e sobre o que seria a expressão própria da literatura brasileira, nos quais se destacaram Santiago Nunes Ribeiro e Joaquim Norberto de Sousa Silva. Ambos estiveram empenhados em discutir uma questão central da fundação de nossa literatura: sua submissão ou não à literatura portuguesa, alternativa expressa respectivamente nas correntes *unionista* e *separatista*, na terminologia de Roberto Acízelo de Souza (2007).

Em 1842, Santiago Nunes Ribeiro refutaria com brilho a tese unionista de José da Gama e Castro, posicionamento posteriormente lembrado e aplaudido por Joaquim Norberto em seus *Capítulos da história da literatura brasileira*. Ambos se destacaram no trato de questões genéricas levantadas pela crítica romântica, as quais poderiam ser resumidas conforme segue: a imperiosa necessidade de a literatura brasileira provar-se autônoma; o influxo que a literatura recebe das forças inspiradoras da natureza, das raças e dos costumes; a capacidade poética dos indígenas e sua exaltação mítica; a religiosidade como fator incontornável para a constituição de uma literatura nova, como a brasileira; e a identificação, no passado, de autores e obras precursoras da estética romântica, naturalmente conduzindo aos esboços da história e periodização da literatura produzida no Brasil.

Em síntese, vale destacar que lado a lado com a produção literária romântica, a crítica buscou ardentemente definir o caráter que deveria assumir nossa literatura para tornar-se nacional. No âmago desse sentimento nacionalista, a busca de uma estética que representasse o pensamento artístico de uma nação recém-independente era reivindicada, e, por isso, a crítica trouxe às claras aspectos formais que privilegiassem o novo e o moderno. Apesar do tato de Santiago Nunes Ribeiro e do empenho de Joaquim Norberto de Sousa Silva, a crítica literária brasileira do início do movimento romântico foi “quase toda muito medíocre”, segundo Candido (2000, p. 293). Ensaaios mais ambiciosos, que dessem início, podemos dizer, a uma crítica militante, surgiram mais à frente, ao fim da década de 1850, com Antônio Joaquim de Macedo Soares.

O intelectual empreendeu a codificação e a sistematização dos princípios que constituíam a reforma de nossa literatura, e, sendo ele um “espírito crítico autêntico”, conforme definiu Coutinho (1980, p. 274), distinguiu-se dos demais críticos da época, que trabalhavam mais comumente com visões panorâmicas formadas por bosquejos e biografias literárias. Com isso, os ensaios de Macedo Soares constituem, possivelmente, a nossa “primeira crítica de fatura”, como assinalou Cairo (2013, p. 264), visto que seu modelo de crítica, concebida como um esforço lógico do espírito, destoava das opiniões superficiais e ligeiras que ele via como respostas às demandas jornalísticas da época.

Prenúncios da crítica literária brasileira romântica

O início do século XIX no Brasil, especificamente as três primeiras décadas, é marcado por certa efervescência histórico-social, política e cultural, decorrente da vinda da Corte Real portuguesa em 1808. A partir daí, dá-se a elevação do país à condição de Reino Unido e sede da monarquia lusitana, o que, consequentemente, desencadeou o crescimento da então ainda colônia portuguesa e, com isso, abria-se a possibilidade, não imediatamente visível, da edificação do seu estatuto como nação independente, o que aconteceria posteriormente.

Contudo, não apenas nos planos econômico, urbano e social, mas também nos planos cultural e intelectual, houve ressonâncias resultantes da ebulição institucional no Brasil de então. Observa-se, a partir daí, um despertar do espírito associativo que fez surgir as primeiras agremiações¹ de naturezas diversas, especialmente a partir da década de 1830, como verificou posteriormente Moreira de Azevedo:

¹ Já no século XVIII se apresentou um pródigo movimento academicista, por meio do qual foram criadas a Academia Brasílica dos Esquecidos (1724), a Academia dos Felizes (1736), a Academia dos Seletos (1852), a Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos (1759), a Academia Científica do Rio de Janeiro (1771) e a Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1786-1790; 1794), entre as mais expressivas desse período. No início do século XIX, temos a Real Academia Militar do Rio de Janeiro (1810), a Academia Fluminense das Ciências e Artes (1821), a Sociedade Filopolitécnica (1828), Academia Filosófica (1857), Academia Brasileira de Letras (1897).

[...] em 1831 adquiriu o espírito público amplo desenvolvimento, e sirva de prova mais de cem sociedades científicas, políticas e industriais, que então se criaram no Império. Logo após a abdicação de Pedro I desenvolveu-se o espírito de sociabilidade, proclamando a união do povo. (Azevedo, 1885, p. 294)

Nesse meio, as associações de caráter literário foram as que mais defenderam esse “espírito associativo”, constituindo contribuição expressiva para o desenvolvimento e a difusão da cultura e da literatura brasileira, além de ter sido estimuladora da nossa vida literária, pois propiciava a produção, a promoção e a difusão da cultura escrita, bem como se interessava pelos caminhos que deveria tomar a nacionalidade brasileira. Ademais, às academias é atribuída uma importância significativa por conta da ação coletiva que exerceram, do espírito comunitário que assumiram.

Dentre os primeiros jornais² e periódicos publicados no Brasil, destacamos a *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 1808, cujo principal intento era veicular atos governamentais; a revista *As variedades ou ensaios de literatura*, fundada na Bahia em 1812, que mesclava temas como política, artes, literatura e ciências, bem como divulgava “discursos, extratos de história antiga e moderna, viagens, trechos de autores clássicos, anedotas, etc.” (Sodré, 1999, p. 30); a revista *O Patriota*, de 1813, que publicava textos voltados para a ciência, a história e a literatura; o *Jornal científico, econômico e literário*, de 1826, com matérias que versavam sobre economia, ou de divulgação científica e literária.

Tais periódicos se constituíam mais como miscelâneas das inovações científicas, econômicas, políticas e literárias do que como veículos especializados nessas temáticas. Vemos neles a constante atenção dada às letras, e especialmente à literatura, difundidas como instrumento de formação intelectual e desencadeador do progresso, pois a maioria dos textos era de autoria dos letrados brasileiros, já imbuídos do sentimento patriótico. Ademais, é nesse cenário que verificamos a convivência entre os

² O primeiro jornal brasileiro, de responsabilidade do jornalista e diplomata brasileiro Hipólito José da Costa, foi o *Correio Brasiliense*, cujo primeiro número data de 1º de junho de 1808. No entanto, até o ano de 1822, suas edições e impressões ocorriam na Grã-Bretanha e chegavam aqui por meio dos navios ingleses.

[...] remanescentes do Arcadismo e a presença pré-romântica ao lado das manifestações iniciais da narrativa ficcional, da oratória, do jornalismo voltado para a divulgação literária, a publicação de obras de ensaístas, finalmente, onde mais se destaca a grande sedução que passaremos a cultivar pela França. (Castello, 2004, p. 161)

Em outras palavras, fazem-se resistentes os vínculos com os neoclássicos por conta, particularmente, da mentalidade europeia que se apresentava como nosso principal influxo externo, sobretudo por causa dos artistas da Missão Francesa, que trouxeram uma inspiração ainda derivada dos modelos e das reflexões clássicas. Por outro lado, manifestam-se timidamente algumas antecipações indicadoras da assimilação das orientações estrangeiras e portuguesas³, que servirão de mote para a reforma romântica que logo se concretiza.

No entanto, a partir da década de 1830 começou a se consolidar a reforma romântica entre os brasileiros e, em São Paulo e no Rio de Janeiro – capital do país na época –, manifestaram-se com maior visibilidade a socialização entre os letrados e a subsequente concentração significativa de associações de cunho literário. Uma das mais importantes foi a já citada Sociedade Filomática de São Paulo, com a publicação da *Revista da Sociedade Filomática*, em 1833, na qual se bradava: “Associação! Tal é o destino da Humanidade. Tal a convicção universal, espontânea, e instintiva do gênero humano” (Campos *et al*, 1977, p. 3).

Apesar de alguns posicionamentos notadamente retrógrados ou conservadores, podemos identificar nas intenções da referida *Revista* propostas para correções de rumos na produção literária do país. Em textos nela publicados também são flagrantes os anseios patrióticos e a consciência de nossa pobreza intelectual, em consonância com um Brasil que se empenhava em autoafirmar-se:

Nossa Literatura firma-se em esteios muito tênues; nossa história só acha penas cediças e bolorentas que a escrevam, nossa poesia nem

³ No início do século XIX, já tínhamos recebido a atenção de olhares estrangeiros acerca do futuro da ainda incipiente literatura, que se queria genuinamente brasileira. Por meio do interesse de Friedrich Bouterwek, Simonde de Sismondi, C. Schlichthorst, Ferdinand Denis, Almeida Garrett e Alexandre Herculano, para citar os mais notórios, nossa produção literária foi contemplada pelas primeiras orientações críticas e incentivada a buscar sua emancipação artística.

tem ainda escola nacional; as ciências naturais não se conhecem senão em parte no ramo de Medicina; as exatas fazem curtos progressos; e as sociais apenas acabam de aparecer. (Campos *et al*, 1977, p. 3)

Considerada marco inicial da fase romântica da literatura brasileira e da consolidação do nosso pensamento crítico, temos a *Nitheroy*, de 1836. Apesar da falta de pioneirismo nas ideias propagadas nesta revista, visto que elas já tinham sido antecipadas pela leitura que os estrangeiros e os portugueses fizeram do Brasil e já germinavam nos primeiros periódicos que aqui se difundiram, os dirigentes da *Nitheroy* mostraram-se sintonizados e entusiasmados com a nova realidade em que se encontravam as letras brasileiras.

Os seus responsáveis, a saber, Gonçalves de Magalhães, Manuel José de Araújo Porto-Alegre e Francisco de Sales Torres Homem, assumiram o projeto editorial de uma revista voltada para o Brasil e propuseram-se delinear um retrato do desenvolvimento da sociedade brasileira especialmente pelo viés das artes, das letras e da história nacional, visando à afirmação da existência de uma literatura propriamente brasileira. Para tanto, sublinhamos aqui dois artigos, o “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”⁴, de Gonçalves de Magalhães, e “Estudos sobre a literatura”, de João Manuel Pereira da Silva.

Em tom de manifesto, Magalhães ambicionou em seu ensaio chamar a atenção dos brasileiros para a “nossa limitada glória literária”, com o intuito de “engrandecê-la e revelá-la com novos escritos originais, que mais exprimissem nossos sentimentos, religião, crenças, costumes, e melhor revelassem a nossa nacionalidade” (Souza, v. 1, 2014, p. 90). Para tanto, salienta que a literatura de uma determinada nação é como o seu reflexo, visto exprimir o que há “de mais sublime nas ideias, de mais filosófico no pensamento, de mais heroico na moral e de mais belo na natureza” (Souza, v. 1, 2014, p. 91); logo, a produção literária estaria intimamente vinculada a um povo por retratar o seu caráter, as suas virtudes, e, para que a nação progredisse, ela deveria engrandecer e desenvolver os elementos que sustentassem a sua existência. Voltando o olhar para o nosso passado, o poeta abordou a questão da autonomia da nossa literatura e apontou os caminhos para a sua nacionalização – exaltação do indígena, abandono dos

⁴ Posteriormente republicado em 1865, sob o título “Discurso sobre a história da literatura do Brasil”. Levamos em conta essa segunda versão.

modelos clássicos, busca de inspiração na natureza –, a fim de contribuir para a valorização e a definição da literatura brasileira.

Magalhães ainda avalia o legado colonial, ressaltando a descaracterização do gênio brasileiro resultante da opressão estética “promovida” pelos portugueses:

Não se pode lisonjear muito o Brasil de dever a Portugal sua primeira educação; tão mesquinha foi ela que bem parece ter sido dada por mãos avaras e pobres; [...].

A poesia brasileira não é uma indígena civilizada; é uma grega vestida à francesa e à portuguesa e climatizada no Brasil. [...] Em poesia requer-se mais que tudo invenção, gênio e novidade; [...] Tão grande foi a influência que sobre o engenho brasileiro exerceu a grega mitologia, transportada pelos poetas portugueses, que muitas vezes poetas brasileiros se metamorfoseiam em pastores da Arcádia [...]. (Souza, v. 1, 2014, p. 99-100)

Para Magalhães, a poesia arcádica que aqui se produziu parecia não se harmonizar com o meio físico brasileiro, lamentando o desprezo pelas imagens que as matas virgens do Brasil lhes ofereciam. Tal fato acarretou, a seu ver, certa pobreza poética, devido, sobretudo, à importação dos modelos clássicos trazidos pelo colonizador, o que nos faz inferir a ressonância das palavras de Denis em Magalhães. Desejava-se, então, uma literatura embasada pelos ideais nacionalistas, sustentada por “uma ideia até então quase desconhecida; [...] a ideia da pátria” (Souza, 2014, v. 1, p. 103).

Tais palavras, somadas à publicação de *Suspiros poéticos e saudades*, foram o suficiente para que Gonçalves de Magalhães ocupasse o lugar de chefe da escola romântica no Brasil. Contudo, acreditamos que tal escolha se deva mais ao alto grau de consciência que ele demonstrou em relação à reforma pela qual precisava passar a literatura nacional e pelo destaque dado ao papel que todo escritor deveria exercer nessa empreitada. Fechamos nosso posicionamento com as seguintes palavras de Regina Zilberman:

Magalhães esclarece como entende o modelo de literatura a ser qualificada de verdadeiramente brasileira: deveria apresentar caráter nacional e liberar-se da imitação europeia. O poeta desenha o perfil do fundador, esperando que contemporâneos e pósteros reconheçam nele o seu rosto, no que é bem sucedido, conforme sugerem, sobretudo, os ensaios de Joaquim Norberto, dedicados a pontar o decisivo papel exercido pelo autor dos *Suspiros poéticos e saudades* [sic] na constituição da literatura brasileira. (Zilberman, 1994, p. 61)

Pereira da Silva, por sua vez, em seu ensaio “Estudos sobre a literatura” – publicado no segundo número da *Nitheroy* –, define a literatura como “a expressão da civilização”, comportando-se como índice da história do povo ao qual está vinculada. Diante disso, as pretensões do grupo eram: “seguir a marcha da literatura antiga e moderna, debaixo do ponto de vista das suas relações com as formas de governo, com a religião, a civilização, os costumes das nações” (Souza, v. 1, 2014, p. 127). O historiador, insuflado pelo ânimo ufanista, considera a obra *Suspiros poéticos e saudades* como uma resposta à necessidade de uma literatura que se apresente original sobre um alicerce nacionalista e considera os poetas brasileiros, ao mesmo tempo, “historiadores, filósofos, políticos e artistas”; por isso, a eles deveria ser dado o devido reconhecimento e valor.

É perceptível a ótica sentimental assentando a invenção de um novo Brasil, entre o exotismo e o cosmopolitismo, evidenciando, ainda que sumariamente, a fragilidade do rompimento político entre a ex-colônia e a ex-metrópole. Os intelectuais que dirigiram essa revista em questão deram forma também a um novo paradigma instalado entre as ideias políticas e a renovação científico-cultural. Tal fato só amplia o campo de atuação dos rapazes da *Nitheroy*, salientando a sua inserção no periodismo nacional e o caráter documental que pode ser atribuído aos seus trabalhos.

Em síntese, com a *Revista da sociedade filomática* e com a *Nitheroy* vemos consolidadas as bases para o pensamento crítico romântico do século XIX, revestido de substancialidade histórica. A literatura produzida no Brasil passa a ser vista pelo olhar do intelectual brasileiro, a partir do qual eram assimiladas as leituras e as interpretações que os estrangeiros e os portugueses teceram a respeito da realidade sociocultural do país. Assim, ia se configurando uma visão “de dentro”, a fim de validar a legitimação e a autonomia literárias desejadas pelos nossos letrados. A partir de 1830, os esforços empreendidos visam, igualmente, ao estabelecimento da nossa crítica, atuante e atenta ao processo de formação e desenvolvimento da literatura brasileira.

Vale acrescentar que o trabalho crítico do Oitocentos se mostrou um meio privilegiado de avaliação da nossa dinâmica político-cultural e promotor de debates e reflexões, conhecendo seus próprios desdobramentos e se apresentando de várias formas, desde enunciações panfletárias e breves notícias sobre publicações até ensaios mais demorados e aprofundados acerca de obras e autores, o que constituiu o jornalismo político-literário do século XIX.

Ademais, é compreensível que a inteligência nacional tenha tratado a literatura com marcada conotação política: estávamos nos descobrindo e nos afirmando enquanto nação num ambiente pós-independência, à procura de moldar nossa fisionomia identitária, embora, inicialmente, sem critérios bem definidos para tal empreitada. À vista disso, os críticos oitocentistas comportaram-se como orientadores dos caminhos que a nossa literatura deveria trilhar, a sublinhar marcas estilísticas e formais, para demarcar a nossa identidade literária em detrimento dos vínculos com a história literária portuguesa.

Outrossim, admitiram os temas nativistas como tronco central de uma literatura que se queria autônoma e original, repararam na diferenciação linguística que nos distanciava dos portugueses e proclamaram a necessidade de um tratamento literário e estético diferenciado e mais de acordo com o espírito moderno que já pairava sobre o país. Tal tendência nacionalista não se deu de forma inconsciente, apesar das primeiras incoerências; na verdade, o que tivemos foi um corpo de letrados participando ativamente de um processo pensante e historicamente arquitetado.

Foi nesse meio que atuou Antônio Joaquim de Macedo Soares, atento às letras no Brasil, com análise acurada de seu tempo e das obras literárias que chamavam a sua atenção, publicando textos na *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*, na *Revista Popular*, na *Ensaio Literários do Atheneu Paulistano*, no *Correio Mercantil*, no *Fórum literário*, na *Kaleidoscópio*, entre outros periódicos. Observamos que sua contribuição para o debate acerca do nacionalismo na literatura brasileira não foi menor, apesar de não terem podido germinar algumas das sementes lançadas, uma vez que, ainda jovem, enveredaria para o estudo e o trabalho jurídico. Ainda assim, não deixou de acompanhar o rumo que tomávamos na política, na literatura e, principalmente, na crítica, sobre a qual trataremos a seguir.

O olhar de Macedo Soares

No ensaio “Da crítica brasileira”, publicado entre outubro e dezembro de 1860 na *Revista Popular*, Macedo Soares defende uma concepção sistematizada, mais apurada, de crítica literária, vista como agente na construção e solidificação do nosso caráter nacional. Possivelmente, ele terá sido um dos primeiros letrados brasileiros a escrever um texto metacrítico, ou seja, que pensasse o exercício crítico com base em suas ocorrências, tratando-a como um objeto de sistematização, e no que deveria ser considerado como

seu papel reformador para as letras daquele período. Para tanto, lança mão do estado em que se encontrava a literatura brasileira, marcado por certa desilusão a respeito da expressiva influência francesa entre nós e pelas intervenções que o meio jornalístico operava sobre o fazer crítico à época.

De antemão, enfatiza a importância e a utilidade da crítica, mormente “para as literaturas que começam sob o poderoso influxo de uma civilização adiantada”, como era a nossa em relação à de Portugal, salientando que “a torrente invasora do pensamento” (Soares, 1860a, p. 272) era-lhe inevitável, como também o era para a literatura. Vale lembrar que nossa produção poética, em meio à conjuntura política, estava sendo tomada como uma ferramenta para a articulação de um projeto que se queria independente e autônomo em relação à metrópole europeia, resgatando nossa memória coletiva e nossos mitos fundadores e representando um país que absorvia um conceito literário de identidade nacional.

Dessa forma, a literatura brasileira oitocentista se tornou um patrimônio mantenedor dos elementos diferenciais e originais de nossa fisionomia identitária, fomentando, também, o fazer crítico que se destacava nos periódicos do país. Sendo assim, os critérios que se faziam indispensáveis para que nossa produção literária tivesse uma configuração nacional mais adequada ao nosso “espírito” independente e autônomo eram os mesmos definidos para a escrita crítica produzida no Brasil, como podemos ver no seguinte trecho:

As ideias são formadas em face das grandezas naturais da terra natal; os sentimentos despertados às recordações de um passado glorioso, ou acendidos pela heroicidade dos grandes caracteres; as formas extraídas das cenas da natureza ou dos costumes, da vida social, da civilização local. (Soares, 1860a, p. 272)

São evidentes a perspectiva instrutiva no trecho acima e a ligação que Macedo Soares apresentou com a crença do nacionalismo romântico, manifestada ainda com resquícios da energia inicial desse programa efusivamente divulgado pelos rapazes da *Nitheroy*, por exemplo. Levar em consideração a natureza americana, o nosso passado histórico e a construção de um herói vinculado à terra brasílica eram preceitos que também deveriam interessar ao crítico brasileiro. Para uma crítica militante, que se queria preceptora – nas palavras de Macedo, o crítico é “um tutor”, cabendo a ele uma função de vigilância –, parecia essencial seguir os mesmos

direcionamentos exigidos dos nossos poetas. Ainda assim, o fazer crítico não se confundiria com a atividade literária, pois a esta era indispensável um olhar “de fora”, que só a crítica poderia fornecer.

Macedo salientou que “[n]a literatura grega do ciclo de Homero, no século de Shakespeare, no reinado de Dante ou de Camões, não havia lugar para a crítica” (1860a, p. 272), visto que já havia estabelecidas e mais ou menos amadurecidas orientações estéticas que guiavam a produção literária nos respectivos períodos e nas correspondentes nações. A partir de então, Macedo Soares procedeu ao reconhecimento da necessidade do estudo da crítica para o desenvolvimento das letras no Brasil, especialmente da literatura, por conta da nossa “falta de experiência” em olhar para nós mesmos e por estarmos, ainda, na fase da “infância”. Apontou, portanto, a prejudicial importação de ideias provenientes da Europa, mais particularmente da França, que impediam o livre curso da inteligência criadora por serem empregadas “em futilidades e lantejoulas” (Soares, 1860a, p. 272), isto é, em superficialidades, sem passarem por uma assimilação e adequação à ambiência brasileira, apagando nosso espírito nacional.

Faz-se pertinente abrir um parêntese para o que diz respeito à entrada da literatura francesa no Brasil que se iniciou em fins do século XVIII. Segundo Abreu (2003), a prosa ficcional vinda da França circulava em nosso país com certa predominância e, já no Oitocentos, se tornava cada vez mais a predileção dos leitores que viviam no país. Entre 1808 e 1821, por exemplo, a autora menciona que dos vinte e um títulos requisitados à Mesa do Desembargo do Paço – uma espécie de Tribunal, mais administrativo que jurídico, criado através de um alvará de 1811, após a transferência da Corte portuguesa para o Brasil –, nove eram pertencentes à prosa ficcional; destes, pelo menos cinco eram de escritores franceses.

Um pouco mais adiante, em 1857, por exemplo, o romance histórico *Le Marquis de Pombal* (1844), da escritora francesa Clémence Robert, era a obra com mais anúncios no *Jornal do Comércio*, com nove ocorrências no referido ano, seguido pelo *Paul et Virginie* (1788), do escritor francês Bernardin de Saint-Pierre, com sete ocorrências, por *Les Mystères de Paris* (1843), de Eugène Sue, e *Vingt ans après* (1845), de Alexandre Dumas, com seis anúncios cada⁵.

⁵ Dados coletados do artigo “Imprensa e leitura de romances no Brasil oitocentista”, de Andréa Correa Paraíso Müller (ver referências bibliográficas).

Além disso, obras de outras nacionalidades, como as inglesas, por exemplo, chegavam até nós por meio de traduções francesas. O repertório dramático francês também ocupou o palco dos nossos teatros, que eram o principal espaço de lazer da corte brasileira em meados do século XIX, e que também assumiram um papel significativo no processo civilizatório no país, apesar de quase ter inexistido, até meados de 1850, uma produção dramática genuinamente nacional (Faria, 2001, p. 57).

Os franceses Chateaubriand e Lamartine foram poetas bastante lidos não somente pelos nossos artistas, mas também pelos aspirantes a críticos no Brasil, sendo tomados como *juízes literários*: o primeiro, em *O Gênio do Cristianismo*, publicado em 1802, por ter tratado da ligação entre a paisagem e o estado de espírito do gênio, bem como do influxo da religião cristã na verve artística do poeta; o segundo, com *Meditações poéticas*, de 1820, por acreditar que a natureza era o lugar da comunhão entre Deus e o poeta, o que resultava numa poesia concebida como “a encarnação” daquilo “de mais íntimo no coração e de mais divino no pensamento” que o homem possuía (Ribeiro, 1863, p. 10).

Diante desse quadro sumário, vemos o motivo por que a produção francesa nos impregnou com seus preceitos estéticos de forma tão predominante. O próprio Macedo Soares não escapou a essa fonte, haja vista que em muitos dos seus ensaios o crítico lançou mão de filósofos e escritores franceses para desenvolver suas ideias. Contudo, o que ele questionou em seus escritos é o fato de não termos utilizado com inteligência e parcimônia tais leituras, “muito aproveit[áveis], utilíssima[s] e que a crítica brasileira estaria bem longe de temer, se tivéssemos o contrapeso de um gosto reto e esclarecido” (Soares, 1860a, p. 273).

Ademais, Macedo Soares ressaltou também a ação do meio jornalístico sobre os julgamentos que os intelectuais publicavam em jornais e periódicos, afirmando que a crítica

[era] ordinariamente uma função do jornalismo, e portanto [não]⁶ tem estudo porque é feita da noite para o dia, e [não] tem missão porque o jornalismo é essencialmente comercial e político. A crítica estudiosa e imparcial, que consagra e ilustra quando não retifica o juízo do público, jaz no limbo. (Soares, 1860a, p. 273)

⁶ A edição de Souza (2011), conforme explica em nota, acrescentou o advérbio à passagem, e concordamos tratar-se de providência que lhe confere o único significado coerente.

No Oitocentos, a imprensa periódica tornou-se o principal meio de manifestação, divulgação e abertura literária, além de espaço para comentários e avaliações acerca da produção literária em curso, bem como assumiu a função de instrução dos mais jovens e tornou-se palco de várias querelas político-sociais e literárias. Circulavam aí resenhas, traduções, ensaios, poemas, folhetins, que compuseram a nossa tradição literária, fazendo desses veículos os principais instrumentos de nossa vida cultural. Em outras palavras, o jornalismo literário colaborou para que um grupo de escritores formasse nosso cânone literário, além de ter sido o canal que deu voz aos ideais nacionalistas e que alicerçou o desenvolvimento da inteligência brasileira em prol da sua emancipação. A crítica, por sua vez, ainda estava consolidando-se e não havia passado por um processo de profissionalização/especialização, encontrando-se, por isso, vinculada ao jornalismo, uma vez que ela “nasceu na imprensa, numa época em que o jornalismo ainda estava estreitamente ligado à literatura” (Machado, 2010, p. 278).

No entanto, tal ligação não foi totalmente benéfica ou pacífica, como pareceu querer demonstrar Macedo Soares, que se mostrou preocupado com tal vínculo entre imprensa e literatura, inicialmente, por ter considerado que boa parte dos escritos críticos publicados na imprensa apresentavam-se inférteis, inábeis e sem rigor, associados a uma noção equivocada do que era, de fato, o exercício crítico; depois, por ter reconhecido que esse tipo de crítica funcionava em segunda instância, apenas como uma prática jornalística, sem autonomia, lidando, tão somente, com contextos mais gerais e artificiais de análise para contentar as exigências do fazer jornalístico; por fim, por ter se inconformado com “os padres conscritos das nossas letras”, que se teriam deixado “contaminar do contágio da época” (Soares, 1860a, p. 273) – a influência estrangeira mal assimilada –, impedidos, assim, de exercerem seu papel de mestres dos mais moços.

Macedo Soares se colocou como aquele disposto a explorar o assunto e a mostrar as razões do nosso atraso intelectual, tanto no concernente à crítica quanto à literatura, e a forma de superá-lo. Procedendo a uma avaliação interna, voltou-se então para a crítica que se fazia no Rio de Janeiro e traçou um panorama da atividade judicativa do seu tempo, distinguindo-a e qualificando-a em quatro tipos, a saber: a contemplativa, a admirativa, a noticiosa e a satírica. Sobre esta última, o crítico adiantou em seu ensaio que nada havia para falar sobre ela, visto que seu único objetivo era “deprimir e

caluniar”, alimentando “intrigas de bastidores”; logo, aparentou ser a mais infrutífera, visto que não “analisa, [...] nem aconselha sobre os defeitos”, por isso “é a crítica dos impotentes”, pois não possui critérios para julgar (Soares, 1860a, p. 273), o que a fez tornar-se uma espécie de arma para ofensas e notícias injuriosas, que formavam o seu corpo escrito.

Essa espécie de fazer crítico parecia ser comum à época, visto que Macedo Soares não foi o único a se incomodar com esse tipo de “julgamento”; mais tarde, José de Alencar, em *Como e por que sou romancista*, escrito em 1873, também se pronunciaria a respeito da difícil convivência com essa crítica que desdenha e que deveria ser enfrentada pelos escritores brasileiros com perseverança. No seu caso, confessou ter precisado enveredar por “uma rota aspérrima [...], através da indiferença e do desdém, desbravando as urzes da intriga e da maledicência” (Alencar, 2005, p. 50).

A crítica contemplativa, por sua vez, “não discute nem escreve para não perturbar a serenidade de seus gozos ideais”, “evita as questões”, “[é] a crítica egoísta, mas inofensiva dos padres conscritos” (Soares, 1860a, p. 273-274). Em outras palavras: ela iludiria a si própria, entorpecida e “embriaga[da] ela mesma com o maravilhoso haxixe”, por evitar ser questionada e por ditar seus juízos prontos a outrem. Era feita pelos paladinos das letras que pareciam formar uma aristocracia cultural preocupada em valorizar-se e preservar-se, a fim de se manter em certo pedestal corporativista.

Rapidamente, Macedo Soares passou a tratar da crítica admirativa, considerada por ele como a mais perigosa por ser falsa ou guiada pelos laços de amizade, geralmente praticada, por meio de um tom cerimonioso, no âmbito dos salões e bastidores literários, que mais julgava a personalidade do artista, em vez de olhar para a sua obra. Dessa maneira, essa espécie de crítica apenas deformaria o gosto dos leitores, ao consagrar equivocadamente escritores de pouco talento, sem apontar-lhes os defeitos ou indicar-lhes meios de aperfeiçoamento da obra, e levaria ao ostracismo aqueles de excelente pena, pelo simples fato de não pertencerem aos seus círculos afetivos. Assim, essa atitude judicativa era

a causa dos desmandos da multidão, falseando-lhe o gosto pela consagração de teorias errôneas, realizadas em péssimas obras. De modo que esse mesmo público de cuja tibieza tanto se queixam os poetas, condena n’um só anátema as produções de mérito e enfezadas e chochas centenas de páginas adornadas de algum título pomposo

ou singular, votando ao ostracismo na mesma concha os homens de talento e os parasitas da literatura. Entidade enciclopédica, de tato seguro, juízo pronto e perene riso nos lábios, o crítico administrativo (sic) tem sempre magníficos aplausos para acolher as bagatelas literárias dos afeiçoados. Não é otimista, apesar de acompanhar sempre o entusiasmado do amigo da direita que acha tudo bom; pessimista também não é, apesar de julgar tudo ruim em comparação das obras do amigo da esquerda. Também nunca muda de opinião: sua opinião é não desagradar aos mais. (Soares, 1860a, p. 274)

Em vista disso, a crítica admirativa tenderia para o diletantismo e para a superficialidade, já que não era dotada de bom senso e só se preocupava com seus gestos de mesura entre amigos ou para aspirantes. Dessa forma, o crítico iludiria tanto os autores, que, cegos pelos elogios equivocados recebidos, não exerceriam a autocrítica e nem atentariam para “as advertências da crítica séria”, quanto os leitores, que estavam mais para reprodutores dessa crítica “enciclopédica” e despreparada, débeis que seriam para fundamentar e discernir seus julgamentos. Isso implicou, em parte, um inevitável deslustre da criação literária e um conjunto de controvérsias em prol de um servilismo afetivo e trivial, a fim de “não desagradar aos mais” e nem ser inconveniente ao “apontar defeitos nas produções dos outros”.

Essa espécie de crítica parece ter tido vida longa nos periódicos e revistas nacionais oitocentistas, alcançando, até mesmo, o século posterior. O próprio Macedo, em artigo a respeito de *Flores silvestres* (1860b), do poeta sergipano Bittencourt Sampaio, apontou a recorrência da crítica admirativa que formava “reputações improvisadas, que vivem [...] dos elogios que mutuamente se prodigalizam”, o que, conseqüentemente, tornava a literatura “muito fácil”, já que esta poderia ser produzida apenas com o que a fantasia ia “dando” ao poeta, que não se dava ao trabalho de estudar, de maturar a linguagem, a ideia, a forma, a fim de compor algo duradouro no tema, no assunto, que não caísse no esquecimento dos leitores e da nação, e ao mesmo tempo que apresentasse certa naturalidade na expressão. Essa ausência de estudo fez com que Macedo denunciasse a imposição de uma descrença no espírito literário do corpo poético brasileiro.

No início do último quartel do século XIX, ainda teríamos críticos preocupados com essa forma de “julgamento”, que mais se constituía por um “elogio de *cotterie*” do que por um trabalho de inteligência. Veríssimo José do Bonsucesso Júnior, poeta, jornalista e membro da Sociedade Ensaio

Literários, no artigo “Artes e letras no Brasil” (1874), publicado na *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, reafirmou a importância da crítica por conta do seu caráter judicativo mesmo, que não poderia ser confundida com uma carta de amigo e nem ser feita por meio de um “louvor pretensioso”. Com base nisso, declarou: “fora com semelhante crítica! Não há de ser ela que dará lustre e vida às obras que em razão de sua esterilidade hão de cair no esquecimento, ou que venha matar as que devem passar aos vindouros” (Bonsucesso Júnior, 1874, p. 136). Na primeira década do século XX, Lima Barreto, no seu romance *Recordações do escravidão Isaías Caminha*, publicado em 1909, além de reclamar da pressão que a imprensa continuava a exercer sobre o trabalho de análise crítica, ainda denunciava o fato de que,

[a]o receber-se um [livro], l[ia]-se-lhe o título e o nome do autor. Se é de autor consagrado e da facção do jornal, o crítico apressa[va]-se em repetir aquelas frases vagas, muito bordadas, aqueles elogios em clichê que nada diz[iam] da obra e dos seus intuitos; se é de outro consagrado mas com antipatias na redação, o clichê é outro, elogioso sempre mas não afetuoso nem entusiástico. H[avia] casos em que absolutamente não se diz[ia] uma palavra do livro. (Barreto, 1971, p. 158-159)

Observamos, portanto, como a preocupação de Macedo Soares com os rumos que a crítica deveria tomar se estendeu pelas décadas do Oitocentos através de outros escritores, e como o tom apologético ainda prevaleceu entre os críticos que entendiam essa atividade como um conjunto argumentativo de manifestação mais geral, não a servir de orientação estética para os escritores, mas como alimento para certo jogo cortês ou de elogios fáceis entre amigos.

Por fim, Macedo Soares apontou a crítica chamada noticiosa, que, como a admirativa, “é igualmente desassisada e banal”, restringindo-se a noticiar “na gazetilha, escreve[r] duas linhas de comunicados, folhetins, impressões de leitura, bibliografias, etc., etc.” (Soares, 1860a, p. 276). Dessa maneira, ela seria uma das modalidades do que Souza (2015, p. 181) propôs chamar de *crítica tout court*, pois possuiria um investimento analítico em menor grau ao lado de outras manifestações do mesmo nível:

[...] com analitismo tangente a zero, temos o noticiário jornalístico sobre livros e autores: simples notas de lançamentos literários, artigos ligeiros, menções de passagem em folhetins. Nesse mesmo

nível, figuram ainda as homenagens a escritores em cerimônias públicas, por meio de alocações fúnebres ou comemorativas, bem como os prefácios destinados a apresentações protocolares de jovens ou estreantes, práticas comuns na sociabilidade oitocentista, particularmente durante o período romântico. (Souza, 2015, p. 182)

A crítica noticiosa estava mais para uma notícia breve ou uma propaganda rasteira no jornal ou conversa nos salões do que para um exercício judicativo profundo, possuindo, com isso, duas vantagens sobre a crítica admirativa: dizer pouco e de uma única vez. Assim, ela enganaria o autor alvo da crítica e o leitor pelo seu ar fugidio, e por não ter precisamente clara a responsabilidade da sua manifestação.

No entanto, vale destacar que o jornalismo literário do Oitocentos não se restringiu a esse tipo de crítica tão superficial, haja vista a quantidade significativa de ensaios ou artigos de relativas extensão e densidade que se propunham avaliar obras e escritores, comentar analiticamente as “novidades literárias”, em que seus autores lançaram mão, até mesmo, de textos teóricos e filosóficos para embasar suas colocações. Macedo Soares, por exemplo, fez parte de um corpo de letrados que colaborou com reflexões mais demoradas acerca da produção literária romântica e, especialmente, dos matizes nacionalistas que deveriam figurar na literatura brasileira, escapando do que ele chamava de crítica “noticiosa”.

Após ter lamentado a ocorrência de tais tipos de crítica no país, Macedo Soares indagou sobre o rumo pelo qual a educação do público, especialmente no que diz respeito ao aperfeiçoamento do gosto, poderia enveredar, e sobre como amadureceriam os jovens escritores no culto à poesia e na sua produção. Assim, deixou nítida a carência de uma atividade verdadeiramente crítica, imparcial, justa e fundamentada, que, de tal maneira exercida, pudesse alcançar a excelência. O autor, então, bradou pela valorização do fazer crítico ao lado da literatura, e declarou uma necessidade de mudança:

Formem um centro literário que não seja simplesmente histórico e geográfico [...]: convoquem as vocações e deem-lhes que fazer [...], instituem uma revista literária sob uma direção inteligente e severa [...], estabeleçam um sistema de crítica imparcial e fortalecido com sólidos estudos da língua e da história nacionais, porque a reflexão e a análise hão de sempre acompanhar *pari passu* as manifestações divinas e

espontâneas da inspiração. Sem o trabalho contínuo e regular, sem esta lei elementar das criações duradouras [...] jamais conseguir-se-á uma literatura rica, poderosa e digna de ser contada entre os grandes focos da ilustração humana. (Soares, 1860a, p. 276)

Vemos que Macedo propôs a sistematização e a institucionalização da crítica com base num conhecimento linguístico e histórico, para que fosse possível uma reestruturação de todo um campo literário em que a produção poética se desse mais consistente e regular, cujos erros e defeitos deveriam ser reparados; defendeu ainda uma apreciação crítica legitimadora da força político-literária do país e consolidadora da “nacionalidade conquistada” em consonância com o espírito da época, pois não nos era permitido ser desatentos para com o fortalecimento da nossa identidade cultural.

Conclusão

Das reflexões aqui expostas podemos concluir que Macedo Soares não se mostrou menos empenhado do que os seus pares na busca de uma identidade nacional, através de uma crítica aguda e atenta. Por isso a necessidade de revisitar o século XIX brasileiro e promover certo resgate de sua atividade crítica, iniciada no fim dos anos 1850, quando, ainda muito jovem, já se pronunciava com discernimento e com argúcia ante os intensos debates orientados pelo patriotismo. Sendo assim, Macedo, como uma figura intelectual importante da época, tratava de maneira singular aspectos que compunham a incipiente teoria da literatura brasileira.

Ademais, seu texto metacrítico “Da crítica brasileira” dá-nos um panorama da atuação crítica da época, apontando as incorreções e injustiças que, a seu ver, apenas comprovavam a miséria analítica de boa parte dos escritos judicativos. Além disso, tal panorama permitiu identificar uma preocupação que ele tinha com os preceitos básicos que deveriam reger o ofício do crítico, condicionado à sua utilidade moral e social, ofício considerado importante para o desenvolvimento civilizacional de uma nação em formação. Com o referido ensaio metacrítico, Macedo Soares promoveu e compartilhou um novo olhar para o desenvolvimento e conhecimento da crítica literária entre nós, concebendo-a como um guia na distinção da expressão do caráter nacional e como uma colaboradora na formação intelectual dos jovens letrados, reconhecendo no exercício crítico o seu

papel social e sua inclinação pedagógica. O intelectual não se furtou a fazer e a exigir dos demais críticos um autoexame, no intuito de alcançar a originalidade da cultura escrita que se efetuava no país.

A partir daí, é-nos perceptível uma postura reformadora que procurava estabelecer os objetivos e as forças de atuação de um crítico, a fim de contribuir para o refinamento do gosto do público, bem como de colaborar para ao aperfeiçoamento dos jovens escritores. Como identificou Coutinho (1983, p. 176), esse empenho era “um traço peculiar da concepção do homem de letras devida ao movimento romântico”, que se via destinado a agir social e politicamente sobre seu tempo e junto aos seus contemporâneos.

Por fim, vemos um intelectual oitocentista movido pelo desejo de contribuir para a reforma do gosto e do trabalho judicativo, reivindicando uma crítica fecunda, imparcial e verdadeira.

Referências

ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

ALENCAR, José de. *Como e por que sou romancista* [1829-1877]. 2 ed. Campinas: Pontes, 2005.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual reinado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 71, t. 48, p. 265-322, 1885.

BARRETO, Lima. *Recordações do escrívão Isaías Caminha*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

BONSUCESSO JÚNIOR, Veríssimo José do. Artes e letras no Brasil. *Revista Mensal da Sociedade Ensaio Literários*, Rio de Janeiro, 1874.

CAIRO, Luiz Roberto. Sobre o instinto de americanidade da crítica literária romântica brasileira: Antonio de Macedo Soares (1838-1905). *Teresa – revista de literatura brasileira*. São Paulo: USP, n. 12-13, p. 257-270, 2013.

CAMPOS, Carlos Carneiro de *et al.* Introdução. *Revista da Sociedade Filomática* [1833]. Ed. fac-similar prefaciada por Antônio Soares Amora. São Paulo: Metal Leve, 1977, p. 4-17.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. v. 2.

CASTELLO, José Aderaldo (org.). *A literatura brasileira: origens e unidade (1500-1960)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

COUTINHO, Afrânio (org.). *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Pallas, 1980. v. 1.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

FARIA, João Roberto. *Ideias teatrais: o século XIX no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MACHADO, Ubiratan. *A vida literária durante o Romantismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Tinta Negra, 2010.

MÜLLER, Andrea Correa Paraiso. Imprensa e leitura de romances no Brasil oitocentista. *Revista Leopoldianum*, Santos, v. 37, n. 101-3, p. 33-44, 2011.

RIBEIRO, Joaquim Antonio de Souza. Juízes Literários. *Revista Mensal da Sociedade Ensaio Literários*, Rio de Janeiro, n. 1, março, p. 7-11, 1863.

SOARES, Macedo. Da crítica brasileira. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, ano 2, t. 8, set./dez., p. 272-277, 1860a.

SOARES, Macedo. Ensaio de Análise Literária – Bittencourt Sampaio – Flores Silvestres. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 298, out. de 1860b.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Introdução à historiografia da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Uma ideia moderna de literatura: textos seminais para os estudos literários (1688-1922)*. Chapecó (SC): Argos, 2011.

SOUZA, Roberto Acízelo de (org.). *Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores (1825-1888)*. Rio de Janeiro: Caetés, 2014. 2 v.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Variações sobre o mesmo tema: ensaios de crítica, história e teoria literárias*. Chapecó (SC): Argos, 2015.

ZILBERMAN, Regina. A fundação da literatura brasileira. *Associação Brasileira de Literatura Comparada*, ABRALIC, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 59-68, 1994.